

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM CABO VERDE

Continuação da pag. 1

guês e cabo-verdiano é reconhecida no Acordo de Cooperação e Amizade entre Portugal e a República de Cabo Verde assinado na cidade da Praia pelas delegações dos dois países.

O acordo, de dezassete artigos, prevê a criação de uma comissão mista permanente de cooperação, composta de representantes do Estado Português e do Estado de Cabo Verde e a futura celebração de um acordo especial de comércio, compatível com as obrigações internacionais assumidas, neste domínio, pelos dois países.

Entretanto, nos termos do acordo geral de cooperação e amizade, foi também assinado um acordo de cooperação científica e técnica entre Portugal e Cabo Verde, com vista ao desenvolvimento científico, tecnológico, económico, cultural e social de Cabo Verde.

Desse acordo destacamos o artigo 1.º do capítulo I:

«1. O Estado português compromete-se, na medida das suas possibilidades e quando solicitado pelo Estado de Cabo Verde, a:

«a) Pôr à disposição deste, cooperantes de nacionalidade portuguesa, que prestarão concurso nos domínios científico e técnico;

«b) Enviar docentes e investigadores para as escolas de Cabo Verde;

«c) Organizar missões de estudo e de investigação destinadas a realizar determinados trabalhos pro conta do Estado de Cabo Verde e segundo as suas directivas;

«d) Fornecer assistência destinada à execução de programas de investigação, fundamental e aplicada, quer através de especialistas, quer de organismos especializados;

«e) Facultar a colaboração de serviços públicos, centros de estudo e entidades especializadas, em matéria de desenvolvimento científico, técnico, económico e social;

«f) Pôr à sua disposição equipamentos, instrumentos e materiais que sirvam a prossecução de programas de cooperação acordados entre as duas partes.»

ARISTIDES PEREIRA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Logo após a proclamação da independência a Assembleia Nacional Popular da República de Cabo Verde elegeu o secretário-geral do P.A.I.G.C., Aristides Pereira, para presidente da República. A Assembleia ele-



geu também, logo de seguida, o primeiro-ministro. Trata-se do major Pedro Pires, presidente da Comissão Nacional do P.A.I.G.C. para Cabo Verde, representante do seu partido nas negociações dos acordos de Argel e Lisboa sobre a independência da Guiné-Bissau e ilhas de Cabo Verde. Proclamada a sua independência, Cabo Verde entra agora num período de estruturação das suas instituições, fase esta que os dirigentes do país entendem dever preceder o estabelecimento, em base de igualdade, de uma associação entre o novo Estado e a Guiné-Bissau.

A composição do Governo deve ser anunciada hoje com a divulgação simultânea do programa governamental.

Os dois Estados do arquipélago de Cabo Verde e da Guiné-Bissau apresentam a particularidade de serem dirigidos pelo mesmo partido, o P.A.I.G.C., que até à concretização da associação dos dois países constituirá o principal elemento de ligação entre eles.

Em declarações prestadas à A.F.P. Aristides Pereira, falando da organização constitucional do arquipélago, indicou que o seu partido serviria de «correia de transmissão» entre a Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde, antes da unificação. A actual fase transitória — acrescentou — «é indispensável, na medida em que é necessário consolidar os organismos do novo Estado independente e estruturá-los, tendo em vista a união com a Guiné-Bissau. Por isso, reunir-se-á ainda este ano um Congresso do P.A.I.G.C. que procederá à alteração dos seus estatutos. Este congresso realizar-se-á antes da reunião conjunta das Assembleias Nacionais da Gui-

né-Bissau e Cabo Verde, reunião que deve determinar a forma definitiva da união. Esta «será original e respeitará a via específica e o carácter particular dos dois países» — disse Aristides Pereira, que acrescentou ainda que, no campo internacional, «o não alinhamento era a única via válida para a Guiné-Bissau e Cabo Verde». Referindo-se ao futuro das bases militares portuguesas no Mindelo e Sal, situadas respectivamente ao Norte e Leste do arquipélago, disse que «seria um suicídio da nossa parte tolerar bases estrangeiras no nosso território».

O novo presidente da mais recente nação independente do Mundo, pediu também aos 400 000 cabo-verdianos que vivem nos Estados Unidos, Europa e no continente africano que regressem à pátria a fim de participarem na reconstrução económica do país.

AMNISTIA GERAL E MISSA COM MORNAS

Um dos primeiros actos do presidente Aristides Pereira foi a proclamação de uma amnistia geral para todos os presos por motivos de segurança do Estado, medida saudada com óbvia alegria pela população.

Responsáveis do P.A.I.G.C. declararam que seria libertada toda a gente que se encontra na cadeia, à excepção dos criminosos habituais como cartelistas, que serão «reeducados».

Num gesto claramente dirigido à população profundamente católica do arquipélago, o presidente Aristides Pereira e o primeiro-ministro, major Pedro

Pires, assistiram no sábado à missa na igreja episcopal da Cidade da Praia.

O único sacerdote eleito para a Assembleia Nacional de 56 membros, o padre António Fidalgo Barros, encontrava-se à direita do primeiro bispo cabo-verdiano do país, monsenhor Paulino do Livramento Évora.

Soldados das Forças Revolucionárias Populares de Cabo Verde treinados pelos portugueses, bem como em Cuba e na Guiné-Bissau montavam guarda à entrada da Igreja, enquanto, do outro lado da praça central, os altifalantes difundiam mornas.

O P.A.I.G.C. tinha pedido aos novos dirigentes eclesiais que celebrassem um «Te Deum» no dia da independência, mas o bispo declarou que isso era demasiado antiquado e preferiu celebrar missa ao ritmo dolente das canções crioulas.

Mais de 95 por cento dos 300 mil habitantes do arquipélago são católicos e a importância da igreja foi sublinhada pela posição ocupada pelo bispo, na primeira fala dos dignitários estrangeiros durante as festas da independência.

A milícia popular de rapazes e raparigas adolescentes, equipados com armas automáticas, deve hoje tornar-se operacional. Os seus membros, ostentando impecáveis uniformes de caqui, fizeram no sábado a sua primeira aparição em público, durante o desfile da independência. Saudam com o punho fechado quando apresentam armas.

Um responsável do P.A.I.G.C. declarou que a missão dos jovens milicianos, que são voluntários e não auferem ordenado, consiste em combater «a preguiça, o roubo, a prostituição e o alcoolismo, que herdamos do colonialismo».

RECONHECIMENTO E FELICITAÇÕES

Entretanto, numerosos países reconheceram já o novo Estado e enviaram felicitações. Neste sentido, se pronunciaram já a União Soviética, a R.D.A., Paquistão, Koweit, Brasil, Moçambique, Tanzânia, R.F.A., Costa do Marfim, Roménia, Senegal, Nigéria, Suécia e Vietname.

Por outro lado, segundo a «Nova China», três ministros da República da Guiné-Bissau avistaram-se ontem em Pequim com o primeiro-ministro chinês Chu en-Lai, tendo o encontro decorrido no hospital onde Chu se encontra internado.

P.S. E P.C.P. analisam campanha de boatos

Ainda relativamente aos boatos que circularam pelo País nos últimos dias da semana passada, a Federação Distrital de Lisboa do PS, num comunicado divulgado na manhã de sábado, liga tais boatos a uma «manobra reaccionária destinada a criar uma efervescência artificial e um clima alarmante» e reafirma que o Partido Socialista está «com o Conselho da Revolução para a construção de uma sociedade socialista no respeito pela liberdade» e que «está e estará sempre mobilizado para a defesa da revolução portuguesa».

O comunicado do PS, numa referência indirecta ao PCP, entende ainda que «nem sempre os que arvoram o exclusivo da revolução são os seus melhores defensores».

PCP A REACÇÃO NÃO PASSARÁ

Por sua vez a direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, divulgou um comunicado onde salienta que «perante o perigoso agravamento da situação o PCP mobilizou todos os seus militantes e empenhou-se numa larga acção junto das massas» com o objectivo, nomeadamente, de «reforçar a vigilância popular face ao recrudescimento das

actividades reaccionárias e esclarecer as dificuldades que persistem na coligação governamental e combater as tentativas dos oportunistas de direita e esquerda para voltar as massas contra o processo».

O comunicado faz ainda referência directa ao comunicado do PS, lamentando que este Partido «em vez de se empenhar na solução dos problemas que afectam o nosso povo — reforma agrária, batalha da produção, etc. — permite-se vir criticar e caluniar a actividade de outros partidos devotados ao esclarecimento e mobilização das massas populares para a defesa e avanço da revolução».

O comunicado termina sublinhando que «a classe operária, os trabalhadores, o povo do distrito de Lisboa estarão assim em condições de dar a merecida resposta a todas e quaisquer tentativas divisionistas e contra-revolucionárias».

Também o MDP emitiu um comunicado intitulado «Com firmeza e confiança a revolução avança» sobre os mesmos acontecimentos, denunciando a chantagem do grande capital estrangeiro e afirmando que o «imperialismo e os seus agentes são um grande inimigo da revolução».

TENSÃO EM TIMOR

Continuação da pag. 1

Jónatas, pois este oficial tinha sido afastado há três semanas de outro cargo que exercia cumulativamente, ou seja, adjunto do Gabinete de Assuntos Políticos.

A partir de agora o major Jónatas passa a perenecer ao sector de Dinamização das Forças Armadas. O major de cavalaria Lemos Caldas, foi nomeado para o substituir naqueles dois cargos.

«COMLOT»?

Entretanto, corre em tribunal o processo contra Alexandre Gusmão, autor do citado artigo: «Um «complot» que ganha forma». A edição do «Voz de Timor», que inseriu o artigo, foi imediatamente recolhida e, mais tarde, surgiu nova edição, já sem o artigo.

Além das críticas já referidas o articulista considerava passivo e inoperante o actual Governo, atribuindo-lhe ainda a responsabilidade pelos recentes incidentes que puseram frente a frente simpatizantes da U.D.T. e da Fretilin.

Alexandre Gusmão, que é militante da Fretilin, responsabiliza ainda directamente o comandante da Polícia local, coronel Maggiolo Gouveia, pelos sangrentos incidentes que originaram alguns mortos e feridos.

Estes incidentes terão surgido na sequência da manifestação do dia 26 passado, organizada pela U.D.T. Esta organização política, que participou da cimeira de Macau juntamente com a Apodeti, pretendia marcar posição de força face à recusa da Fretilin em participar nas conversações. A morte, porém, de dois militantes da U.D.T., motivada por electrocução de fios eléctricos, ocorrida na própria sede do partido, fez alastrar o rastilho.

Discursando perante cerca de seis mil pessoas, nesse mesmo dia, Lopes Cruz, da U.D.T. atacou a Fretilin por não participar na cimeira, acusou os seus dirigentes de meros «agentes do comi é central do Partido Comunista Chinês» e denunciou «tentativas anteriores de líderes da Fretilin e Apodeti», em formar um grupo que defenderia a integração depois da independência.

Dois dias depois, sábado 28, ocorreram os incidentes mais graves. Segundo ainda Alexandre Gusmão, a U.D.T. teria arrastado populações da montanha para uma manifestação que culminaria em ataques violentos à Fretilin, com catanas e flechas. Os militantes da Fretilin ter-se-iam defendido com pedras, e a Polícia teria simplesmente protegido os elementos da U.D.T.

TELEVISÃO NA HORA DO P.A.P. (COM ALTERAÇÕES DE CÚPULA)

O tenente Bargão dos Santos abandonou anteontem as funções de director do Departamento de Informação, da RTP, cargo para o qual se fala agora num outro oficial do M.F.A., tenente Cardeira. Entretanto corria hoje com insistência que o próprio presidente do conselho de administração, tenente-coronel Valentino Galhardo, poderá igualmente cessar funções.

Estas alterações de cúpula são classificadas por fontes próximas do Lumiar como decorrentes das grandes linhas

traçadas para a Informação pelo P.A.P. (Plano de Acção Política), não se sabendo agora quais as implicações a sobrevir no resto da chefia do Departamento de Informação, que tem como directores-adjuntos José Carlos de Vasconcelos e Joaquim Letria e na chefia do Telegiornal quatro nomes também conhecidos: António Borge (chefe de Redacção), José Manuel Marques (chefe de Redacção adjunto), Luis Filipe Costa (responsável do sector Nacional) e Artur Couto e Santos (idem

do Internacional).

Nota-se, de qualquer forma, que a sugestão do nome do tenente Cardeira para substituir o tenente Bargão dos Santos coincide com a recente nomeação do capitão Almeida para a chefia da Direcção dos Serviços Técnicos da Emissora: ambos fazem parte do grupo de oficiais que se exilou há anos na Suécia por oposição à guerra colonial. O tenente Cardeira entrou semanas atrás para a RTP como director de programas, substituindo o comandante Lobo de Oliveira.

D. BERTA LEOPOLDINA DE CAMPOS MOREIRA PINTO

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Faleceu no passado dia 1 a senhora D. Berta Leopoldina de Campos Moreira Pinto. A missa do 7.º dia, em sufrágio da sua alma, Lapa, Porto

Porto, 7 de Julho de 1975.